

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FAMETRO

YOUTH AND VIOLENCE: PERCEPTIONS OF STUDENTS OF SOCIAL SERVICE OF THE FAMETRO

Ingrid Lorena da Silva Leite

Bolsista de Iniciação Científica. Estudante de Serviço Social da FAMETRO

Ana Marília dos Santos

Bolsista Voluntária de Iniciação Científica Estudante de Serviço Social da FAMETRO.

RESUMO

Para este artigo escolhemos analisar os dados produzidos por uma determinada turma do curso de Serviço Social da FAMETRO com a intenção de refletirmos sobre suas percepções acerca da relação entre juventude e violência na contemporaneidade. Para tanto, estamos utilizando métodos quantitativos e qualitativos, onde realizamos a aplicação de questionários com os estudantes do curso. Consideramos que o tema em destaque faz parte atualmente das discussões de rodas informais de conversas, bem como, das inquietações derivadas das políticas públicas no Brasil, da mídia e de outras tantas pesquisas e estudos. Diante disso, elaboramos um instrumental de caráter quantitativo capaz de provocar debates sobre a maneira como os estudantes de serviço social, futuros profissionais da assistência social compreendem esse fenômeno e a condição social dos jovens envolvidos em situações de violência. Ressaltamos que esses dados compõem um quadro analítico mais amplo que inclui todos os demais semestres do curso.

Palavras-chave: Violência. Juventude. Políticas públicas.

ABSTRACT

For this article, we chose to analyze the data produced by a particular class of the course of Social Service of the FAMETRO intended to reflect on their perceptions of the relationship between youth and violence in contemporary society. To this end, we are using quantitative and qualitative methods, where we perform the questionnaires to the students of the course. We consider that the theme highlighted in a part of the discussions currently in informal conversations wheels, as well as the concerns derived from public policies in Brazil, the media and many other surveys and studies. Therefore, we developed a quantitative instrumental character capable of provoking debates about the way social work students, future social care professionals understand this phenomenon, and social condition of youth involved in violent situations. We emphasize that these data comprise a broader analytical framework which includes all other semesters.

Keywords: Youth. Violence. Public policy.

Recebido em: 14/02/2014

Aceito em : 14/02/2014

1 INTRODUÇÃO

Compreender a condição juvenil no final do século XX e início do século XXI nos remete a reflexões sobre seu cotidiano marcado por diversas situações de violência que aponta para uma forma “perigosa” de viver, que por sua vez, é um fenômeno que abarca diversos elementos de compreensão. No caso específico dos jovens pobres urbanos, este “viver perigosamente” está expresso, em primeiro momento, através das estatísticas de protagonismo dos jovens no cenário de violência e pelos alarmantes índices de vítimas de homicídios na faixa etária de 15 a 24 anos, pelos indicadores de exclusão do sistema educacional e pelas limitações de sua inclusão no mercado de trabalho. Sobre as taxas de homicídios, é na faixa etária de 15 a 24 anos, que as mortes atingem sua maior incidência. O momento crítico, e de maior risco em ser vítima, está situado na idade de 20 anos, conforme dados oficiais do Ministério da Justiça. Esse quadro suscita diversas leituras, uma delas é que os jovens estão vivendo cada vez menos, e isso pode provocar um sentimento de banalização da vida e até mesmo da morte, ou seja, viver e morrer passam a ter o mesmo valor. Percepções como essas são produzidas tanto pelos jovens como pela sociedade de modo geral, pois cotidianamente recebemos notícias de situações de risco e violência no qual os jovens são protagonistas. Essa equivalência pode estar levando os jovens, principalmente das camadas pobres, a desacreditarem em possibilidades positivas e afirmativas para suas vidas.

É comum o comportamento violento dos jovens ser explicado pelo uso de drogas, pelo desejo desenfreado em consumir, pela promiscuidade sexual, pela lógica do “ganho fácil” e pela idéia de “desestrutura familiar”. Pensando assim, cria-se uma cultura de ações repressivas e/ou imediatistas voltadas para conter a violência dos jovens, que camufladas por uma moral protetora e assistencialista, prejudicam a suas conquistas de autonomia frente a suas trajetórias de vida. Desse modo, os jovens não seriam capazes de “sobreviver” se não estives-

sem assistidos por políticas públicas ou envolvidos em projetos sociais. O que dizer então dos jovens que passaram por esses projetos e políticas sociais e se envolveram com o “mundo do crime”? Outras explicações também são dadas como o envolvimento de jovens em situações de violência exclusivamente pelo consumismo exacerbado, desapego ao trabalho, desejo de ascensão social fácil e rápida, perda de valores comunitários e pelo comportamento agressivo. Estes são argumentos de caráter moralista que atribuem aos jovens imagens estigmatizadas, principalmente aos moradores das regiões pobres.

Para Cassab (2001), esses tipos de avaliações não levam em consideração a produção da subjetividade desses jovens, nem mesmo a dimensão cultural presente em suas experiências de vida, podendo está restritas a classificações do senso comum. Michel Wieviorka (1997) aponta que os novos contornos da violência contemporânea estão marcados pela raiva e pela frustração. Em se tratando do contexto juvenil essa visualização é facilmente notada:

Não é mais a luta contra a exploração, a sublevação contra um adversário que mantém com os atores uma relação de dominação, e sim a não relação social, a ausência de relação conflitual, a exclusão social, eventualmente carregada de desprezo cultural e racial, que alimentam hoje em toda parte do mundo, inclusive na Europa Ocidental, condutas amotinadoras ou uma violência social mais difusa, fruto da raiva e das frustrações (WIEVIORKA, 1997, p. 07).

Nesse caso, não há orientação baseada na razão, na objetividade. As ações dos grupos juvenis são puramente subjetivas e orientadas pela convicção de que assim indivíduos “banidos socialmente”, podem conquistar, o que para eles, lhes foram negado. Por um ato, muitas vezes percebidos como impulsivos, mata-se, agride-se, violenta-se acreditando numa capacidade que sai da realidade cotidiana para sentir em alguns minutos o prazer da conquista e do poder. Diante desse quadro dramático que colocam os jovens como a principal pauta em temas relativos a violência urbana, quer seja nos veículos de comunicação ou nas rodas

íntimas de conversas, nossa intenção nesse artigo é destacar como os estudantes de serviço social da FAMETRO compreendem a relação juventude e violência na contemporaneidade. Para tanto, realizamos através de uma pesquisa de caráter quantitativo instrumentalizada pela aplicação de um questionário contendo 10 perguntas que foram aplicados no mês de setembro com 46 estudantes de um semestre específico dessa instituição de ensino superior.

É importante destacar que os assistentes sociais compõem o corpo interdisciplinar de profissionais que atuam nas políticas de atendimento, sendo assim, nos preocupamos em refletir sobre suas compreensões sobre direitos humanos e cidadania. Consideramos que esses princípios citados são prerrogativas básicas de atuação ética do profissional do serviço social, que visa garantir a universalização dos direitos, especialmente dos grupos em situação de desigualdade, exclusão, injustiça social e estigmatização. Portanto, essa pesquisa promove alguns debates e questionamentos sobre o modo como os futuros assistentes sociais compreendem esse grupo, tendo em vista que historicamente eles são responsabilizados socialmente pelas crises na sociedade.

2 JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: REVELAÇÕES COTIDIANAS

O objetivo deste artigo consiste em apresentar dados preliminares de uma pesquisa que está sendo realizada no projeto de iniciação científica intitulado: “Cartografando discursos sobre Juventude e Violência”, coordenado pela Professora Camila Holanda do curso de Serviço Social da Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza (FAMETRO). Aplicamos com estudantes do Curso de Serviço Social um questionário para apreendermos suas percepções acerca das situações de violências que envolvem os jovens na cidade de Fortaleza e os elementos principais que influenciam a formação dessas respectivas percepções. Iremos elencar e apresentar algumas questões que despertou em nós curiosidades ao tecermos um olhar crítico e reflexivo sobre o tema.

Para iniciarmos nossas interpretações acerca dos dados coletados, ressaltamos que a construção do questionário foi baseada em estudos e pesquisas, fortalecendo a articulação entre pesquisa, teoria e realidade, além dos debates que são suscitados no âmbito acadêmico e na área de atuação aos direitos de crianças e adolescentes. Para esse artigo escolhemos analisar os dados de um dos seis semestres do curso em andamento até o final do ano de 2013, onde aplicamos 46 questionários. Na primeira pergunta (de múltipla escolha) do questionário temos como objetivo compreender o que os entrevistados consideram como os principais motivos que levam os jovens a se envolver em situações de violência. O envolvimento com as drogas foi uma resposta assinalada 33 vezes, seguidos de 28 respostas que consideraram a fragilidade das políticas públicas de atendimento como um grave motivo e 22 que destacaram a falta de orientação familiar. Os entrevistados que compõem o universo de análise desse estudo alegaram que o acesso a uma política de educação com qualidade é a principal forma de prevenção capaz de fazer com que os jovens não se envolvessem em situações de violência conforme a resposta dada por 42 pessoas. O envolvimento em atividades esportivas e culturais foi apontada por 26 pessoas, e o desenvolvimento de políticas de geração de emprego e renda, conforme 25 respostas dadas são consideradas estratégias que poderiam fazer com que os jovens não se envolvessem em situações de violência. Esses dados corroboram com as recentes informações da Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) que revelam que o roubo, o porte ilegal de arma e tráfico de drogas correspondem a 70% dos casos que chegaram à 5ª Vara da Infância e da Juventude do Estado do Ceará.

Para o sociólogo César Barreira, coordenador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) vinculado a Universidade Federal do Ceará (UFC), em entrevista dada pelo jornal Diário do Nordeste, publicada no mês de outubro de 2013, as políticas públicas direcionadas para juventude, com escola em tempo integral e assistência aos jovens envolvidos com

drogas são saídas importantes. O sociólogo ainda destaca que a cidade de Fortaleza vivencia uma criminalização generalizada da juventude e acrescenta ainda que “o jovem é muito mais vítima do que agressor. Ele é o setor mais vulnerável da sociedade prova disso é que ele morre muito mais que mata. Pobres, negros, moradores de periferia, na faixa etária de 14 a 29 anos”. O sociólogo ainda acrescenta que entre as regiões metropolitanas do Nordeste, é a de Fortaleza que possui maiores índices de homicídio envolvendo crianças e adolescentes de zero a 19 anos nos últimos dez anos.

Segundo o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), em 2011, 192 adolescentes foram assassinados na Grande Fortaleza; no ano de 2012, foram 232. O aumento representa 20,8% de acordo com o número de jovens assassinados somente no Ceará, entre 2001 e 2011. Pesquisa publicada no Mapa da Violência 2013: Homicídio e Juventude no Brasil anuncia que ocorreu um crescimento de 150%. Em 2001, 442 jovens de 15 a 24 anos foram vítimas de homicídios. Já em 2011, esse número passou para 1.105 assassinatos no ano. Em comparação com os outros estados, o Ceará ocupa o 7º lugar em homicídios no país. Quanto às taxas de homicídios de jovens por 100 mil habitantes, a variação em igual período foi de 126% no Ceará. Em 2001, essa taxa era 28,9, saltando para 65,6 em 2011. O Mapa da Violência também revelou que o número de assassinatos de jovens em Fortaleza teve um crescimento de 160%, ocupando, entre todas as capitais, a 5ª posição no ranking. A Capital fica atrás somente de Natal (267%), Salvador (232%), João Pessoa (175%) e Manaus (172%).

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) as pessoas com idade abaixo de 18 anos devem ser julgadas, processadas e responsabilizadas com base em uma legislação especial, diferenciada dos adultos. Conforme o ECA, eles “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial” (Artigo 228 da Constituição Federal), e dessa forma, são atribuídos aos jovens 07 medidas socioeducativas que

podem ser aplicadas pelo Juiz quando um crime é cometido. Há ainda o clássico argumento de que o crime organizado utiliza os menores de idade para “puxar o gatilho” e pegar penas reduzidas. A maneira como a grande mídia cobre estes crimes bárbaros cometidos por adolescentes nos dá a (falsa) impressão de que eles estão entre os mais frequentes, mas é justamente o inverso. Pesquisas apontam que os jovens são mais vítimas do que protagonistas de situações de violência no Brasil. Em 2013, o Mapa da Violência apontou que a cada três mortos por arma de fogo dois são jovens, o que representa 67,1% e enquadra os jovens na faixa etária de 15 a 29 anos como as principais vítimas fatais por arma de fogo no Brasil.

A redução da maioridade penal é um tema que sempre está em destaque nas mídias sociais. A violência vem atingindo grandes proporções, não só nas grandes cidades, mas também nas pequenas cidades. Assassinatos, roubos, estupro, tráfico de drogas, estão passando cada vez mais a fazer parte da rotina da população. Em Fortaleza observa-se um aumento de adolescentes envolvidos com atos de violência, assim como em todo país. Segundo dados da Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), no sistema de internação de adolescentes a reincidência é de 30%, em alguns casos o índice pode chegar a 13%. É importante dizer que o tempo de internação de adolescentes atualmente pode ser maior que três anos, portanto infringindo o ECA que determina três anos o tempo máximo, caso se comprove periculosidade e/ou transtornos psicológicos. Segundo dados da pesquisa que estamos realizando em um determinado semestre na FAMETRO, que engloba um universo de 46 entrevistados, 21 estudantes disseram que são a favor da redução da maioridade penal e 25 alegaram ser contra, dos quais, 29 responderam que já sofreram algum tipo de violência praticada por uma pessoa jovem e 17 responderam que não. Indagados se conhecem algum jovem que já foi preso ou encaminhado para a delegacia porque praticou algum tipo de crime, 38 entrevistados disseram que sim e 08 que não conhecem.

Aceitar com que os jovens sejam penalizados cada vez mais cedo é reforçar que crianças e adolescentes não são percebidos como prioridade para a sociedade e para o Estado, e que a ineficiência de políticas públicas é um mero detalhe no contexto de profunda desigualdade social. As estatísticas revelam que os adolescentes em conflito com a lei são, em sua maioria, negros, de baixa escolaridade e baixo poder aquisitivo, além daqueles em situação de miséria. A fragilidade do acesso às políticas públicas demonstra como é grave o quadro de desigualdade social no Brasil, e como as crianças e jovens estão no centro dessa precariedade. Portanto, eles são na verdade as principais vítimas da desigualdade e injustiça social. Os futuros assistentes sociais que estarão em campo atuando em situações de desigualdade social devem considerar o contexto complexo que envolve a vida dos jovens envolvidos em situação de violência ao invés de tecer considerações superficiais e estigmatizadoras. Sobre o ECA, 33 estudantes classificaram-no como regular, 8 como ótimo e 5 como péssimo, dos quais, em uma questão de múltipla escolha sobre os grupos sociais que influenciam a opinião sobre a redução da maioridade penal, 25 pessoas apontaram as mídias sociais; 22 a televisão, o rádio, as revistas e os jornais e 22 os pesquisadores do tema como os principais grupos que influenciam sua opiniões.

O ECA estabelece que a política de atendimento dos direitos deva acontecer através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais. Mas a realidade expõe uma gama de violações de direitos. Em 2011, dados do IBGE apontaram que quase 67% das crianças brasileiras até 14 anos de idade (45,3 milhões) residiam em domicílios em que pelo menos um serviço de saneamento (água, esgoto ou lixo) não era adequado, isto é: ou não havia abastecimento de água por meio de rede geral ou o esgotamento sanitário não acontecia via rede geral ou fossa séptica ou ainda o lixo não era coletado. Apenas 15,5% desses jovens declararam somente estudar e 16,6% conciliavam trabalho e estudo. Cerca da metade, 47,6%, declararam somente trabalhar.

Note-se que 18,8% informaram realizar afazeres domésticos, conforme os dados do IBGE.

Observamos um grande aumento da violência associada principalmente às comunidades periféricas e pobres que, em grande parte, se encontram dominadas pelo tráfico de drogas. Integradas por jovens, que em muitos casos, desde crianças se inseriram na criminalidade, os grupos se configuram como um espaço de sociabilidade, referência e segurança aos jovens. Para Sánchez-Jankowski (1997), conceituou esse agrupamento juvenil como gangues. Para o autor, as gangues são muito mais do que um grupo de indivíduos mapeados por territórios e envolvidos com o crime. Noções de pertença, liderança e informalidade são constitutivas desses agrupamentos sociais:

A gangue é entendida como um sistema social organizado que é ao mesmo tempo quase privado (isto é, não totalmente aberto ao público) e quase secreto (isto é, a maior parte das informações sobre suas atividades permanece restrita ao grupo), cujo tamanho e objetivo tornam indispensáveis; que a interação social seja dirigida por uma estrutura de liderança com papéis bem definidos; em que a autoridade ligada a esses papéis é tão legítima que os códigos sociais regulam tanto o comportamento dos líderes quanto o das bases; que planeja e provê não somente serviços econômicos e sociais para seus membros quanto sua própria manutenção como organização; que persegue esses objetivos a despeito da legalidade ou ilegalidade das atividades e que não tem uma burocracia (isto é, um pessoal administrativo hierarquicamente organizado e distinto da liderança) (SÁNCHEZ-JANKOWSKI, 1997, p. 28)

Sendo assim, os grupos criam seus códigos próprios desafiando o poder do Estado e ditando as regras e normas de justiça local, punindo em muitos casos com a morte a quem consideram como inimigos. Discriminados pela sua condição socioeconômica, desvalorizados pela sociedade que os vê como “pivetes” e “marginais”, os jovens encontram no poder exercido pela arma de fogo, nos crimes bárbaros cometidos contra a comunidade periférica em que vivem forma de conseguir prestígio, aceitação social e dinheiro, tão importantes numa sociedade embasada em modismos e valores consumistas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, estar “satisfeito” em uma “sociedade insatisfeita”, como designa Agnes Heller (1998), não significa saciar todas as necessidades concretas, mas sim, ter consciência que sua existência conta, que sua presença deixou um vestígio na fase do mundo, e isso satisfaz. É assim que devemos pensar a condição juvenil. Como sujeitos construtores de signos, consumidores de desejos e atuantes na esfera pública. Antes de serem condenados por causa de suas manifestações de violência, deve-se antes de tudo, compreender a relevância de suas construções e aparições. Então, o que está sendo alardeado através de seus atos criminosos? De que forma eles exprimem suas opiniões frente às questões sociais? Quais são os dilemas enfrentados, e como os enfrentam? Como os futuros assistentes sociais devem atuar diante desse fenômeno? Como consolidar políticas públicas verdadeiramente articuladas?

Assim, fica mais complexa a compreensão de seu entendimento como sujeitos ativos e protagonistas que reagem aos dilemas e desafios impostos pela sociedade, que ao contrário dessa perspectiva, ressaltam mais a negatividade de suas experiências de vida do que as suas possibilidades de afirmação. Diferente de penalizá-los pelos males da sociedade e considerar que é melhor eliminá-los por serem desnecessários e irrelevantes para o bom andamento da ordem socioeconômica, política e cultural, devemos compreender que os jovens como eles são e não como gostaríamos que eles fossem. Essa percepção relativista, como nós ensinou os antropólogos, nos auxilia enquanto assistentes sociais em formação a compreender de forma mais complexa e crítica à condição juvenil na atualidade. Devemos ficar atentos para que a nossa atuação seja em nome de uma sociedade justa e igual para todos, que como costuma dizer a Professora Camila, nossa orientadora nessa pesquisa, “as pessoas não devem tratar as diferenças como desigualdades, especialmente o assistente social que tem uma profissão revolucionária onde seu

cotidiano é recheado por histórias e pessoas diferentes e surpreendentes”. Portanto, mãos à obra pois há muito trabalho para ser feito.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOCATO, V. Razões para NÃO reduzir a maioria penal. **Revista Fórum**, São Paulo, n.??, p.01-16, 16 abr. 2013.
- CASSAB, M. A. T. **Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza**. Niterói: Intertexto, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: Estudos & Pesquisas, 2011.
- HELLER, A.; FEHÉR, F. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- SÁNCHEZ-JANKOWSKI, M. As gangues e a estrutura da sociedade norte-americana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 34, jun. 1997.
- WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2013**. Brasília: Secretária- Geral da Presidência da República, 2013.
- WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**, São Paulo, 1997.
- ZALUAR, A. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.